ARTIGOS · THE FOUP JOURNAL

Semear sustentabilidade, cultivar paz

Interfaces entre agricultura sustentável e cultura de paz no ensino superior

Ariadne Enes Rocha
Carlos Candido da Silva Cyrne
Luciana Flor Corrêa Felipe

THE FOUP Journal

FOUP

SOBRE OS AUTORES

Ariadne Enes Rocha

Engenheira Agrônoma formada na Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Mestrado em Agroecossistemas pela UFSC e Doutorado em Agronomia pela UFPB. Docente do Curso de Agronomia – CCA/UEMA. Assessora-Chefe da Assessoria Especializada na Articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Uema. Membro da Rede Unisustentável e Fórum das Universidade pela Paz. Professor Adjunto IV do Curso de Agronomia da Uema.

Carlos Candido da Silva Cyrne

Graduação em Administração pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1995). Especialização em Gestão e Liderança Universitária pela UNIVAP (2008). Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (1999) e Doutorado em Ciências pelo Centro Universitário Univates (2015), com bolsa sanduíche Capes na Universidade de Santiago de Compostela. Professor Adjunto da Universidade do Vale do Taquari - Univates atuando como Docente Permanente no Programa de Pós-graduação Ambiente e Desenvolvimento.

Luciana Flor Correa Felipe

Assistente social e pedagoga, mestre em Educação, doutora e pós-doutora em Educação Científica e Tecnológica, com foco na linha de pesquisa Implicações Sociais da Ciência e Tecnologia (C&T). Atuou no Ensino Superior como professora, pesquisadora e analista de fomento e projetos de inovação, com passagem pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) e participação em conselhos e comitês de CT&I. Participou da constituição do Fórum das Universidades pela Paz (FOUP), liderando o eixo Sustentabilidade Urbana e Rural. É fundadora da Integrative Capture, startup dedicada à captação de recursos por editais públicos para microempreendedores, empresas e organizações do terceiro setor. Servidora efetiva da Rede Estadual de Educação de Santa Catarina, é autora de livros e artigos científicos e recebeu o Prêmio Catarinense de Inovação Caspar Erich Stemmer em 2018, na categoria Agente de Inovação, e em 2025, na categoria Mulher Inovadora Catarinense.

ARTIGO

Semear sustentabilidade, cultivar paz

Interfaces entre agricultura sustentável e cultura de paz no ensino superior

Ariadne Enes Rocha · Carlos Candido da Silva Cyrne · Luciana Flor Corrêa Felipe

Autores e afiliação

Ariadne Enes Rocha
Dra em Agronomia. Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, ariadnerocha@professor.uema.br

Carlos Candido da Silva Cyrne
Dr em Ciências. Universidade do Vale do Taquari-UNIVATES, cyrne@univates.br

Luciana Flor Corrêa Felipe
Dra em Educação Cientifica e Tecnológica, Integrative Capture, luciana.flor.c@gmail.com

RESUMO

A promoção da paz constitui um desafio multidimensional que demanda a integração entre desenvolvimento sustentável, justiça social e fortalecimento institucional. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem papel estratégico na construção de sociedades mais justas e sustentáveis, especialmente por meio das Ciências Agrárias. O estudo teve como objetivo caracterizar o cenário institucional das IES signatárias do Fórum de Universidades pela Paz (FOUP), identificando e analisando práticas das Ciências Agrárias que contribuam para a promoção da paz em consonância com a Agenda 2030. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, utilizando dados primários coletados por meio de questionário aplicado a 16 IES brasileiras integrantes do FOUP. Foram analisadas informações relacionadas aos cursos de Ciências Agrárias, planejamento institucional, par-

cerias, alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ações voltadas à agricultura sustentável e à cultura de paz. Os resultados evidenciaram a predominância de instituições públicas e comunitárias, com destaque para os cursos de Agronomia presentes em 93,75% das IES. Verificou-se que 62% das instituições incorporam a agricultura sustentável em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), enquanto 44% incluem a temática da cultura de paz. Quase todas as IES mantêm parcerias institucionais voltadas à agricultura sustentável e desenvolvem ações alinhadas aos ODS, especialmente ao ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. As IES desempenham papel relevante na promoção da agricultura sustentável e da cultura de paz, contribuindo para a segurança alimentar, a sustentabilidade dos territórios e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora ainda existam desafios para ampliar a institucionalização dessas temáticas nas políticas universitárias.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; Instituições Públicas; ODS; Paz.

1 INTRODUÇÃO

A paz, em sua concepção mais ampla, não se limita à ausência de conflitos armados, mas compreende a promoção da justiça social, o fortalecimento dos direitos humanos, a consolidação de instituições democráticas e o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2022). Nesse contexto, as universidades têm papel estratégico na construção de sociedades mais pacíficas, especialmente ao integrarem em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão os princípios da cultura de paz, do diálogo intercultural e da justiça social.

Esta missão está alinhada aos compromissos internacionais firmados por meio da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 (ODS 16), que visa "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis" (ONU, 2015).

O Fórum de Universidades pela Paz - FOUP tem defendido o fortalecimento da atuação universitária como mecanismo para fomentar a paz e os valores democráticos em escala global. Segundo o Fórum, o ambiente acadêmico deve ser espaço de pensamento crítico, tolerância e responsabilidade social, orientado à formação de lideranças comprometidas com o bem comum e com a transformação de realidades marcadas por desigualdades, violências e exclusões (FOUP, 2024). Nesse sentido, as instituições de ensino superior são chamadas não apenas a discutir teoricamente a paz, mas a implementá-la como valor estruturante em suas práticas pedagógicas, políticas institucionais e vínculos com a comunidade.

Sabe-se que universidades ao redor do mundo têm respondido a esse chamado por meio da criação de centros interdisciplinares para o estudo da paz, programas de extensão voltados à mediação de conflitos em comunidades vulneráveis, ações afirmativas em prol da equidade racial e de gênero, e redes internacionais de cooperação acadêmica voltadas à resolução pacífica de conflitos. Tais experiên-

cias demonstram que a educação superior é não apenas vetor do desenvolvimento, mas também condição essencial para a consolidação de uma cultura de paz, em consonância com o preceito da UNESCO (1995) de que "a paz deve ser ensinada e cultivada nas mentes dos homens e mulheres".

Assim, refletir sobre a contribuição das universidades para o alcance da paz exige considerar a transversalidade do tema, sua inserção nos currículos, a promoção de uma gestão institucional democrática e o fomento de pesquisas aplicadas aos problemas concretos da sociedade. Trata-se, portanto, de reconhecer que a universidade, como espaço público de produção e difusão do conhecimento, possui responsabilidade histórica na construção de um futuro pacífico, justo e sustentável para as próximas gerações por meio da formação de cidadãos comprometidos com a cultura de paz e os direitos humanos capazes de promover a transformação da realidade social.

Nesse contexto este artigo tem como problemática saber "Como as instituições de ensino superior, signatárias do FOUP contribuem para a promoção da paz a partir das Ciências Agrárias?" O objetivo geral foi: Caracterizar o cenário institucional das Instituições de Ensino Superior (IES) signatárias do Fórum de Universidades pela Paz (FOUP), com foco na identificação e análise das práticas das Ciências Agrárias que contribuam para a promoção da paz, a partir de uma perspectiva integrada de justiça social, viabilidade econômica e responsabilidade ambiental, em consonância com os preceitos da Agenda 2030.

Os objetivos específicos foram:

1) Identificar as Instituições de Ensino Superior (IES) signatárias do FOUP que possuem cursos, programas ou centros vinculados às ciências agrárias;
2) Mapear as práticas acadêmicas de ensino, relacionadas às ciências agrárias, desenvolvidas por essas instituições, com foco em ações que promovam justiça social, sustentabilidade ambiental e viabilidade econômica;
3) Analisar como essas práticas contribuem para a construção de uma cultura de paz, a partir dos princípios da Agenda 2030, especialmente do ODS 16;
4) Propor recomendações para o fortalecimento do papel das ciências na promoção da paz por meio de práticas universitárias sustentáveis, inclusivas e transformadoras.

Este estudo se justifica tendo presente que a promoção da paz constitui um desafio multidimensional que requer abordagens interdisciplinares e transformações estruturais nos diversos setores sociais. As Instituições de Ensino Superior (IES), por sua natureza formadora, reflexiva e extensionista, são chamadas a protagonizar processos educativos voltados à superação de desigualdades, ao fortalecimento dos direitos humanos e à construção de sociedades mais justas e sustentáveis. Neste contexto, destaca-se o papel das universidades signatárias do Fórum de Universidades pela Paz (FOUP), as quais assumem um compromisso institucional com a disseminação da cultura de paz.

Particularmente, as ciências agrárias possuem potencial estratégico nesse processo, dada sua capacidade de influenciar práticas produtivas, relações sociais no campo e políticas de uso da terra. A adoção de práticas que aliem justiça social, viabilidade econômica e responsabilidade ambiental contribui

não apenas para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável, mas também para a mitigação de conflitos fundiários e ambientais, aspectos ligados à Agenda 2030. Apesar disso, ainda são escassos os estudos que abordam, de forma sistemática, a interface entre as ciências agrárias, a cultura de paz e os compromissos assumidos pelas universidades no âmbito do FOUP. Este artigo busca suprir essa lacuna, oferecendo uma análise crítica do cenário institucional vigente e contribuindo com subsídios para o fortalecimento das ações universitárias voltadas à paz.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os objetivos do desenvolvimento sustentável e a contribuição para a promoção de uma cultura de paz

A busca de uma conexão entre os Objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, em especial o ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável; o ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; o ODS 12 - Consumo consciente; e o ODS 17 - Parcerias e meios de implementação, e a cultura de paz é multifacetada e central para a transformação do global rumo à sustentabilidade e à justiça social.

A discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável não é recente, como descrito por Cyrne *et al.* (2021) há pelo menos cinco décadas o tema da sustentabilidade vem sendo discutido de forma mais ampla e intensa. e a proposição de um conceito claro e objetivo do significado das duas expressões é objeto de estudos de diversos autores (BUTTENBENDER *et al.*, 2019). KLARIN (2018) destaca que as atividades humanas vêm provocando impactos ambientais adversos, ameaçando a capacidade de suporte da Terra e comprometendo a sobrevivência das gerações futuras. Contudo, se verifica um crescente reconhecimento da necessidade de mudanças comportamentais, com vistas à adoção de uma gestão racional e eficiente dos recursos naturais, de modo a reduzir as pressões antrópicas sobre os ecossistemas.

A emergência do tema sustentabilidade na agenda global remonta à publicação de Primavera silenciosa, de Carson e Polillo (1962), que evidenciou os efeitos da contaminação por resíduos tóxicos. Posteriormente, em 1968, se constituiu o Clube de Roma, responsável pela elaboração de Limites do crescimento, editado em 1972, no qual se apontou a inviabilidade do modelo de expansão industrial contínua. Naquele mesmo ano, se realizou a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, ocasião em que foi assinado o Tratado de Estocolmo e criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1980, o Protocolo de Montreal buscou formular medidas para mitigar a degradação da camada de ozônio.

As discussões subsequentes incorporaram dimensões econômicas e sociais em busca de modelos mais sustentáveis. Entre os eventos de maior relevância, destacam-se: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), realizada no Brasil em 1992; a terceira Conferência das Partes sobre mudança do clima, promovida em Kyoto em 1997; a Rio+10, em Joanesburgo, em 2002; e a Rio+20, novamente no Rio de Janeiro, em 2012. (SUGAHARA; RODRIGUES, 2019; HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; SANTOS; BRAGA, 2012).

Os quadros sinópticos elaborados por DURAN et al. (2015) e por KLARIN (2018) evidenciam a multiplicidade de definições atribuídas ao conceito de desenvolvimento sustentável, o qual se apresenta como um constructo multidimensional e controverso. (SANTOS *et al*., 2012; OLIVEIRA, 2002; HOPWOOD MELLOR; O'BRIEN, 2005; MENSAH; CASADEVALL, 2019; ROSEN, 2017). Sartori, Latrônico e Campos (2014) concebem sustentabilidade como processo e mecanismo para a consecução do desenvolvimento sustentável, ao passo que Olawumi e Chan (2018) a definem como um processo intencional de mudança e aprimoramento. Apesar de, em diversos contextos, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável serem empregados de forma intercambiável, neste estudo adota-se a equivalência semântica entre ambos.

Galloway *et al*. (2018) ressaltam que a abordagem da sustentabilidade no agronegócio requer a consideração do *trade-off* entre produtividade e impacto ambiental, sobretudo diante da crescente demanda por aumento de produção nas últimas três décadas. Nesse sentido, Tomich, Pereira e Paiva (2016, p.384) enfatizam que "entre os desafios que o setor pecuário enfrenta estão aqueles relacionados à premente necessidade de atendimento a questões ambientais para que os sistemas produtivos se tornem ambientalmente adequados, além de tecnicamente eficientes, economicamente viáveis e socialmente aceitos". Tendo tecido considerações sobre o conceito de sustentabilidade/desenvolvimento sustentável é possível passar a discorrer sobre os objetivos do desenvolvimento da Agenda 2030 da ONU.

Diante dos desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento global, diversas iniciativas vêm sendo promovidas por atores internacionais, com destaque para a Organização das Nações Unidas (ONU). Com o intuito de enfrentar o baixo nível de desenvolvimento observado em diversas regiões do planeta no final do século XX, a Organização das Nações Unidas (ONU) estruturou, no ano 2000, durante a Cúpula do Milênio — que reuniu representantes de 189 países —, uma proposta clara e concisa: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Esses objetivos estabeleceram metas a serem alcançadas até 2015, com foco na melhoria das condições globais de saúde, educação, erradicação da extrema pobreza, entre outros aspectos fundamentais.

Os ODMs compuseram uma agenda internacional orientada a garantir um patamar mínimo de desenvolvimento, estruturada em oito objetivos quantificáveis. Essa abordagem permitiu que diferentes atores — incluindo nações, governos subnacionais e instituições — mensurassem seus avanços no enfrentamento da pobreza (Sachs, 2012). No entanto, a dimensão ambiental foi tratada de maneira agregada, concentrando-se no Objetivo 7: "Garantir a sustentabilidade ambiental". Apesar disso, avaliações posteriores apontaram que os ODMs apresentaram limitações significativas ao não contemplarem de forma explícita a necessidade de promover padrões sustentáveis de consumo e produção.

Discussões realizadas em instâncias internacionais, como a Conferência do G-20 realizada na Coreia do Sul em 2010, que estabeleceu o Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento, apontaram para a necessidade de maior ênfase à inclusão social e à prudência ambiental, embora sem o mesmo comprometimento com o crescimento econômico (Veiga, 2013). Nesse sentido, Sachs (2012) argumenta que um dos principais entraves à efetivação dos ODMs consistiu na ausência de mecanismos de operacionalização voltados aos países mais pobres. Segundo o autor, embora os países desenvolvidos tenham sido chamados à corresponsabilidade, tal compromisso não foi plenamente assumido.

Durante a Conferência Rio+20, realizada em junho de 2012, novamente no Rio de Janeiro, foi apresentado um relatório que recomendava a formulação de novos objetivos, mais alinhados à conjuntura contemporânea. Essa proposta visava substituir os ODMs por uma agenda mais abrangente e integrada: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sachs, 2012). Veiga (2013) reconhece que os ODMs foram articulados de forma consistente e possibilitaram avanços relevantes em áreas como erradicação da pobreza extrema e combate ao HIV/AIDS. No entanto, o autor critica a ausência de metas relacionadas à redução das desigualdades sociais, bem como a superficialidade das abordagens econômica e ambiental. Conforme argumenta, "o ambiental nem incorpora questões cruciais como a mudança climática [...] e o econômico não poderia ser mais vago, além de meramente exortativo, ao mencionar uma desejável parceria mundial pelo desenvolvimento" (Veiga, 2013, p. 23).

A questão das desigualdades, portanto, emerge como elemento central na análise crítica dos ODMs. A própria eficácia do crescimento econômico é reduzida na ausência de esforços concomitantes para a mitigação das desigualdades. De acordo com Veiga (2013), a redução das desigualdades deve ser compreendida não apenas como um imperativo ético ligado à justiça social, mas como uma condição objetiva para a prosperidade, pois países com menores níveis de desigualdade apresentam sistematicamente melhores indicadores de qualidade de vida, incluindo coesão social, saúde mental, longevidade e mobilidade social.

Nesse contexto, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa um marco fundamental. Ela dá continuidade aos esforços iniciados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e estabelece um plano de ação global orientado para a promoção do bem-estar humano, a proteção do meio ambiente, o crescimento econômico inclusivo e a consolidação da paz, por meio de parcerias multissetoriais, representa um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e assegurar paz e prosperidade para todos. A natureza integrada desta agenda implica que o progresso numa área está intrinsecamente ligado ao avanço noutras. Desafios globais contemporâneos, como as alterações climáticas, a escassez de recursos e os conflitos socioambientais, sublinham a urgência de abordagens integradas ao desenvolvimento e à construção da paz. A Agenda 2030 é estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Figura 1) e 169 metas específicas, a serem alcançadas até 2030, mediante a articulação entre governos, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais (ONU, 2015). Os ODS abrangem, de forma interdependente, as dimensões econômica, social, ambiental e institucional do desenvolvimento sustentável, sendo orientados por princípios de equidade, inclusão e governança democrática.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), a Agenda 2030 constitui um marco global e organiza, sob o prisma dos "5 P" (Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias), um plano de ação integrado para sustentabilidade. Estruturada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e desdobrada em 169 metas específicas, a Agenda articula dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais, demandando abordagens sistêmicas, financiamento adequado e cooperação multiescalar para "não deixar ninguém para trás".

No Brasil, o ODS 18 – Igualdade Étnico-Racial foi lançado oficialmente em 15 de novembro de 2024, durante o evento paralelo do G20 Social, realizado no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro.

Figura 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil.

Fonte: ONU, 2015, CNODS, 2024.

A partir da Agenda 2030 (ONU, 2015) e seus objetivos é possível dizer, de forma sintética, que o:

ODS 1 Prevê eliminar a pobreza extrema, reduzir à metade a pobreza multidimensional, implantar sistemas de proteção social abrangentes e garantir igualdade de acesso a recursos, serviços básicos e propriedade. Inclui ainda fortalecer a resiliência dos vulneráveis a choques climáticos e econômicos e mobilizar recursos financeiros internos e externos por meio de políticas pró-pobres sensíveis a gênero.

ODS 2 Estabelece acabar com a fome e a desnutrição, dobrar a produtividade e renda de pequenos produtores mediante acesso a recursos e mercados, implementar sistemas alimentares resilientes e práticas agrícolas sustentáveis e conservar a diversidade genética de sementes e raças. Metas de apoio incluem expansão de infraestrutura rural, correção de distorções comerciais e estabilização de preços agrícolas.

ODS 3 Visa reduzir mortalidade materna (< 70/100 000) e infantil (neonatal < 12/1 000; < 5 anos < 25/1 000), erradicar epidemias prioritárias e diminuir em um terço das mortes prematuras por doenças não transmissíveis. Contempla prevenção de dependência às drogas, segurança no trânsito, acesso universal à saúde sexual-reprodutiva e cobertura universal de saúde, além de metas sobre poluição ambiental, financiamento, força de trabalho e preparação para emergência.

ODS 4 Propõe ensino primário e secundário gratuito e eficaz para todos, acesso à educação infantil e igualdade de ingresso no ensino técnico-profissional e superior. Inclui aumento de competências para trabalho digno, eliminação de disparidades de gênero e inclusão de grupos vul-

neráveis, alfabetização universal e promoção de educação para desenvolvimento sustentável e cidadania global, apoiada por infraestrutura adequada, bolsas de estudo e formação de docentes.

ODS 5 Determina eliminar discriminação e violência contra mulheres e meninas, abolir práticas nocivas como casamento infantil, reconhecer trabalho doméstico não remunerado e assegurar participação igualitária em liderança política e econômica. Garante direitos sexuais e reprodutivos e promove reformas de acesso a recursos produtivos, tecnologias e políticas de empoderamento.

ODS 6 Estipula acesso universal à água segura e saneamento adequado, melhoria da qualidade da água mediante tratamento de efluentes, eficiência e gestão sustentável dos recursos hídricos e proteção de ecossistemas aquáticos. Complementa com cooperação internacional em tecnologias de água e participação comunitária.

ODS 7 Almeja acesso universal à energia, expansão da participação de energias renováveis na matriz global e duplicação da taxa de eficiência energética. Prevê cooperação internacional em pesquisa, transferência de tecnologias limpas e modernização da infraestrutura energética, especialmente em países de menor desenvolvimento relativo.

ODS 8 Propõe crescimento econômico per capita sustentado, aumento de produtividade via diversificação e inovação, fomento a micro e pequenas empresas e empreendedorismo e dissociação entre crescimento econômico e degradação ambiental. Define emprego pleno e igual remuneração, erradicação do trabalho forçado e infantil, ambientes laborais seguros, turismo sustentável e inclusão financeira.

ODS 9 Estabelece infraestrutura resiliente e acessível, industrialização inclusiva com maior participação no PIB e no emprego, modernização tecnológica e uso eficiente de recursos e fortalecimento de P&D e número de pesquisadores. Metas de apoio envolvem financiamento, diversificação tecnológica e acesso universal à internet.

ODS 10 Prevê crescimento da renda dos 40 % mais pobres acima da média, inclusão social, econômica e política de todos os grupos e eliminação de legislações discriminatórias. Abrange reforma da regulação financeira global, migração segura e aumento de fluxos financeiros para países em desenvolvimento.

ODS 11 Busca moradia adequada e transporte público acessível, urbanização inclusiva e planejamento participativo e proteção do patrimônio cultural. Visa reduzir impactos ambientais urbanos e perdas por desastres, garantir acesso a espaços verdes e fortalecer integração urbano-rural, resiliência climática e construções sustentáveis.

ODS 12 Define implementação do Plano Decenal de Produção e Consumo Sustentáveis, gestão eficiente de recursos naturais, redução do desperdício de alimentos e manejo ambientalmente adequado de produtos químicos e resíduos. Inclui relatórios de sustentabilidade corporativa, compras públicas verdes, educação para estilos de vida sustentáveis e racionalização de subsídios a combustíveis fósseis.

ODS 13 Determina reforço da resiliência climática, integração das políticas climáticas nos planos nacionais e aumento da educação e capacitação sobre mitigação e adaptação. Preconiza mobilização de US$ 100 bilhões anuais para financiamento climático e fortalecimento de capacidades em países vulneráveis, com foco em grupos marginalizados.

ODS 14 Prevê redução da poluição marinha, gestão sustentável dos ecossistemas marinhos, mitigação da acidificação e restauração de estoques pesqueiros através de controle da sobrepesca e subsídios prejudiciais. Visa aumento dos benefícios econômicos para pequenos Estados insulares, transferência de tecnologia marinha, acesso de pescadores artesanais aos recursos e aplicação do direito internacional do mar.

ODS 15 Propõe conservação de ecossistemas terrestres e de águas interiores, gestão florestal sustentável e combate ao desmatamento, neutralidade em degradação do solo e proteção de ecossistemas de montanha. Inclui redução da perda de biodiversidade e tráfico de espécies, controle de espécies invasoras, integração do valor dos ecossistemas em contas nacionais e mobilização de recursos financeiros e apoio comunitário para manejo sustentável.

ODS 16 Estabelece redução da violência e abuso infantil, promoção do Estado de Direito e acesso à justiça (16.3-16.4), combate à corrupção, criação de instituições transparentes e participativas e representação equitativa de países em desenvolvimento em governança global. Inclui acesso público à informação e fortalecimento institucional para prevenção da violência.

ODS 17 Foca em mobilização de recursos internos e assistência oficial ao desenvolvimento, cooperação tecnológica e transferência de inovação, desenvolvimento de capacidades, sistema multilateral de comércio baseado em regras e coerência de políticas macroeconômicas. Complementa com fortalecimento de dados estatísticos desagregados e métricas de progresso além do PIB.

ODS 18 O foco principal é reduzir as desigualdades que afetam especialmente a população negra, os povos indígenas e outros grupos étnico-raciais historicamente discriminados.

Segundo Klarin (2018), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) expressam os principais desafios que a humanidade deve enfrentar não apenas para alcançar o desenvolvimento sustentável, mas também para garantir sua própria sobrevivência no planeta. Tais objetivos possuem elevado potencial mobilizador, envolvendo distintos stakeholders — como comunidades acadêmicas, setor produtivo e movimentos sociais — em torno de uma agenda comum. Essa mobilização visa promover mudanças nas relações sociais e institucionais, bem como responsabilizar os atores envolvidos pela imple-

mentação das metas estabelecidas. O comprometimento com os ODS pode, assim, ser fortalecido pela adesão a princípios de desenvolvimento inclusivo. A consecução desses objetivos constitui um pacto coletivo, requerendo a atuação coordenada de todos os segmentos da sociedade.

Por meio de ações conjuntas para as pessoas, o planeta, a prosperidade e a paz, e mediante uma parceria global entre governos, empresas, organizações e sociedade civil, a Agenda 2030 permite que todos os agentes da sociedade sejam envolvidos. Tendo em vista essas considerações quais são as contribuições das Universidades para a promoção da paz a partir dos ODS? Para responder, em parte, esse questionamento o Eixo 8 – Sustentabilidade Urbana e Rural do Fórum de Universidades pela Paz se dedicou aos Objetivos 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável; 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis; 12 - Consumo e Produção Sustentáveis e 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

É preciso partir do princípio de que não há desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento (Bouzar, 2016) há uma mútua dependência. De forma análoga, Sharifi, Simangan e Kaneko (2020) reconstroem o quadro conceitual que, desde a Rio92 até a Agenda 2030, consolidou o princípio de que não há desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento. Milton e Alhamawi (2024) reforçam esta premissa ao argumentar que a paz é uma condição *sine qua non* para qualquer trajetória de desenvolvimento sustentável, particularmente em regiões afetadas por conflitos, como os Estados Árabes.

A reiteração consistente deste princípio por diferentes estudos sugere que a paz transcende a condição de um mero resultado desejável do desenvolvimento; ela é, fundamentalmente, um fator habilitador crítico. A ausência de paz pode inviabilizar o progresso em diversas áreas do desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas à agricultura. Esta compreensão eleva a paz de um estado final a um insumo essencial, exigindo a sua integração no próprio desenho das políticas e intervenções de desenvolvimento. A centralidade normativa e operacional da paz no discurso paz-sustentabilidade é, assim, amplamente reconhecida.

A agricultura sustentável emerge como um domínio crucial onde o nexo paz-desenvolvimento se manifesta de forma particularmente evidente. A sua capacidade de melhorar a segurança alimentar, gerir os recursos naturais e fomentar a resiliência comunitária posiciona-a como uma alavanca fundamental para alcançar múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) simultaneamente.

Uma compreensão holística da paz é fundamental, englobando não apenas a ausência de violência direta, mas também a redução de formas estruturais de injustiça e a construção de sociedades inclusivas e justas. Esta definição mais ampla permite uma análise mais matizada de como as práticas de desenvolvimento sustentável contribuem para a paz positiva.

A literatura destaca uma ligação causal entre a degradação ambiental e o conflito. A escassez de recursos, particularmente no que diz respeito à terra, água e energia, pode intensificar disputas e aumentar o risco de conflitos. Por outro lado, a gestão cooperativa desses recursos pode transformar riscos em oportunidades para a construção da paz. Krampe, Hegazi e VanDeveer (2021) identificam três mecanismos causais que conectam o uso sustentável dos recursos à construção da paz: (i) a hipótese do

contato, segundo a qual a cooperação intergrupal reduz preconceitos; (ii) a difusão de normas transnacionais, mediante a internalização de padrões de boa governança socioambiental; e (iii) a provisão estatal de serviços, em que o acesso equitativo a bens públicos reforça a legitimidade estatal.

Acreditamos que a compreensão de como a gestão cooperativa de recursos naturais contribui ativamente para a construção da paz, através de mecanismos específicos, representa um aprofundamento significativo. Enquanto a degradação ambiental pode ser um fator de conflito, a colaboração na gestão de recursos transcende a mera resolução de disputas; ela se torna uma ferramenta estratégica para fomentar a coesão social, a confiança e a legitimidade institucional. Intervenções em agricultura sustentável e gestão de recursos não se limitam, portanto, a resultados ambientais ou alimentares, mas constituem poderosos meios para a construção da paz, transformando desafios técnicos em oportunidades estratégicas de pacificação.

Diversas abordagens agrícolas holísticas se destacam por sua capacidade de integrar dimensões ecológicas, sociais e econômicas, contribuindo para a sustentabilidade e a paz. A agricultura regenerativa é conceituada por Böhle e Tarif (2024) como uma abordagem holística de gestão da terra voltada à restauração de solos degradados, à recuperação da biodiversidade e ao fortalecimento simultâneo das dimensões econômica e sanitária dos sistemas alimentares. Esta perspectiva difere do modelo convencional baseado em insumos sintéticos, valorizando conhecimentos locais, promovendo a diversificação de cultivos e reduzindo a dependência de insumos externos, o que reforça a segurança alimentar e a resiliência produtiva.

A agroecologia, por sua vez, é fundamental para a educação para a paz, conforme Caporali (2024), sendo entendida como a aplicação do conceito de ecossistema à agricultura. Ela revela relações de interdependência entre componentes bióticos e abióticos e, crucialmente, o papel da cooperação biológica como força estruturante dos agroecossistemas. A agroecologia, juntamente com a intensificação sustentável e o manejo integrado de nutrientes, é destacada por Chowdhuri e Pal (2025) como uma estratégia para elevar a produtividade sem expandir a pegada ambiental.

A agricultura orgânica é apresentada por Caporali (2024) como um contrato social que formaliza a reciprocidade entre a sociedade e o ambiente. Reconhecida por normas internacionais, a produção orgânica entrega bens públicos — como biodiversidade, proteção dos recursos naturais e desenvolvimento rural — ao mesmo tempo em que atende à demanda de mercados diferenciados. Os princípios de certificação orgânica (Saúde, Ecologia, Justiça e Cuidado) exigem a articulação entre agricultores, pesquisadores, consumidores e formuladores de políticas.

Embora distintas em suas práticas específicas, a agricultura regenerativa, a agroecologia e a agricultura orgânica partilham uma convergência filosófica profunda: são todas enraizadas em soluções baseadas na natureza que priorizam a saúde ecológica, a biodiversidade e o conhecimento local em detrimento da agricultura convencional intensiva em insumos. Esta filosofia comum, ao fomentar ecossistemas saudáveis e empoderar comunidades locais, constrói intrinsecamente resiliência socioecológica, um pré-requisito fundamental para a paz. Ao abordar as causas profundas da vulnerabilidade e do conflito, estas abordagens transcendem a mera busca por ganhos de produtividade, visando a criação de sistemas alimentares mais estáveis e justos.

Estas abordagens holísticas melhoram a capacidade dos sistemas agrícolas de se adaptarem à variabilidade climática e de mitigar as pressões ambientais. Práticas como a manutenção da biodiversidade dentro das parcelas cultivadas são condições para serviços ecossistêmicos estáveis. As práticas regenerativas, por exemplo, demonstraram aumentar a capacidade adaptativa dos agricultores, reduzindo estratégias negativas de *coping*, como o desmatamento para produção de carvão.

2.2 Interconexões com os principais objetivos de desenvolvimento sustentável

Esta seção detalha as ligações entre a agricultura sustentável, a paz e os ODS visados, destacando as convergências e as contribuições únicas de diferentes autores.

2.2.1 *ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável*

A literatura estabelece uma ligação consistente entre a insegurança alimentar e o conflito. Bouzar (2016) argumenta que a insegurança alimentar pode catalisar novos episódios de violência, compondo um ciclo de retroalimentação negativa. Milton e Alhamawi (2024) demonstram como os conflitos desestruturam sistemas alimentares, elevando índices de subnutrição e vulnerabilidade rural.

Neste contexto, a agricultura sustentável é reconhecida como um meio fundamental para a segurança alimentar. Amadei (2021) identifica a segurança alimentar como uma *proxy* central da agricultura sustentável, dada a sua interdependência com a água e a energia. Estratégias como a intensificação sustentável, a agroecologia, o manejo integrado de nutrientes e a agricultura de precisão elevam a produtividade sem expandir a pegada ambiental. A partir de Lopera-Arbeláez e Richter (2024) é possível dizer que Economia Social e Solidária (ESS) fortalece os sistemas alimentares locais ao valorizar bens coletivos e a gestão comunitária de recursos, o que é fundamental para erradicar a fome em territórios fragilizados.

A compreensão da segurança alimentar transcende a condição de um mero resultado agrícola para se tornar uma alavanca dinâmica na construção da paz. As ligações causais explícitas estabelecidas por Bouzar (2016) e Milton e Alhamawi (2024) entre a insegurança alimentar e o conflito são diretamente contrapostas pelas contribuições positivas da agricultura sustentável, que fomenta a segurança alimentar. Isso implica que os investimentos em práticas agrícolas sustentáveis não se limitam a alimentar populações, mas constituem intervenções estratégicas para romper os ciclos de violência e construir uma paz duradoura, ao abordar uma necessidade humana fundamental e estabilizar os meios de subsistência. A segurança alimentar é, assim, elevada de uma preocupação humanitária a um componente central da política de paz e segurança.

2.2.2 *ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis*

A viabilidade das práticas agrícolas sustentáveis depende de sistemas alimentares territorializados que reduzem as perdas logísticas, recuperam resíduos orgânicos e integram soluções baseadas na natureza em zonas periurbanas. Bouzar (2016) destaca o nexo rural-urbano que liga a vitalidade das comunidades agrícolas à estabilidade dos centros urbanos.

Iniciativas lideradas pela comunidade, como as práticas regenerativas e a criação de *Climate Resilience and Peacebuilding Hubs*, fomentam o diálogo, fortalecem a coesão social e conectam as cooperativas rurais aos fluxos de conhecimento urbano, elementos essenciais para um planejamento territorial resiliente de acordo com Böhle e Tarif (2024). A Economia Social e Solidária (ESS), ao priorizar a ação local e a governança democrática, estimula arranjos institucionais que aumentam a coesão social e a capacidade adaptativa em comunidades urbanas e rurais. No entanto, em zonas de conflito, o deslocamento forçado exerce uma pressão significativa sobre as áreas urbanas, sobrecarregando os serviços públicos e exacerbando as desigualdades socioespaciais, o que mina o planejamento urbano integrado.

A ênfase consistente no nexo rural-urbano (Bouzar, 2016) e nos sistemas alimentares territorializados significa uma compreensão mais profunda do ODS 11. Não se trata apenas de cidades sustentáveis ou comunidades rurais sustentáveis isoladamente, mas sim do *continuum integrado* entre elas. A vitalidade de uma impacta diretamente a estabilidade e a resiliência da outra, especialmente no contexto da segurança alimentar e da gestão dos movimentos populacionais. Isso implica que o planejamento urbano eficaz para a sustentabilidade e a paz deve, inerentemente, considerar e integrar a produção agrícola rural, as interfaces periurbanas e as ligações socioeconômicas que as unem, promovendo um padrão de assentamento mais holístico e resiliente.

2.2.3 *ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis*

O estudo sistemático de Chowdhuri e Pal (2025) discute os dilemas entre a expansão produtiva e a degradação ambiental, defendendo a produção limpa através da fertilização orgânica, manejo de nitrogênio e redução do uso de pesticidas para preservar os serviços ecossistêmicos e minimizar as emissões de GEE. A lógica *nature-responsible* da Economia Social e Solidária (ESS) incentiva cadeias de valor de baixo impacto, ciclos curtos e reaproveitamento de recursos.

De acordo com Bouzar (2016) a escassez hídrica, as alterações climáticas e a degradação dos recursos intensificam as disputas, aumentando o risco de conflito e induzindo práticas produtivas de curto prazo e alto impacto ambiental. Conflitos prolongados favorecem as economias de guerra baseadas na extração predatória de recursos e no comércio ilícito, dificultando a transição para cadeias de produção circulares. Sharifi et al. (2021) também alertam para os impactos negativos das práticas produtivas insustentáveis sobre a paz.

A conexão entre o ODS 12 e a paz vai além dos benefícios ambientais, abordando diretamente as causas profundas dos conflitos. As ligações explícitas estabelecidas por Bouzar (2016) entre a escassez de recursos e a intensificação das disputas, e por Milton e Alhamawi (2024) entre as economias de guerra e a extração predatória de recursos, demonstram que as práticas insustentáveis não são apenas problemas ecológicos, mas multiplicadores de conflitos. Inversamente, a promoção da produção limpa e de modelos econômicos *nature-responsible* torna-se uma estratégia de construção da paz, ao reduzir a competição por recursos, fomentar o uso equitativo dos mesmos e minar as economias ilícitas associadas aos conflitos. Isso implica que as políticas que promovem o consumo e a produção responsáveis são essenciais para construir uma paz duradoura.

2.2.4 *ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação*

O sucesso das soluções agroalimentares sustentáveis depende de parcerias significativas e justas que articulem inovação científica, justiça social e viabilidade econômica. A partir de Chowdhuri e Pal (2025) e Lopera-Arbeláez e Richter (2024) é possível deduzir que isso exige colaborações multiescalares — da fazenda à esfera internacional — e engajamento multi-*stakeholder*.

Um tema recorrente é a fragmentação da produção acadêmica e das iniciativas globais em silos disciplinares, o que dificulta uma compreensão integrada do nexo paz-sustentabilidade. O ODS 17 é destacado como o eixo transversal para superar esses silos através de parcerias intersetoriais e internacionais, fomentando a pesquisa transdisciplinar e fortalecendo os meios de implementação.

Das leituras consultadas é possível constatar certo consenso entre os autores sobre o papel crítico das parcerias eleva o ODS 17 de um objetivo isolado para um *mecanismo* meta-habilitador para todo o nexo paz-sustentabilidade-agricultura. A identificação explícita de silos e fragmentação como grandes impedimentos solidificam ainda mais essa compreensão. Isso implica que mesmo as soluções agrícolas ou ambientais mais tecnicamente sólidas falharão sem estruturas de governança colaborativas robustas, inclusivas e multiescalares. O ODS 17, portanto, torna-se a espinha dorsal operacional para traduzir as interdependências teóricas em ações políticas práticas e integradas.

2.2.5 *O Papel Transversal do ODS 16*

Milton e Alhamawi (2024) investigam sistematicamente os obstáculos ao ODS 16 nos Estados Árabes, argumentando que a paz é uma condição *sine qua non* para qualquer trajetória de desenvolvimento sustentável na região. Bouzar (2016) afirma de forma semelhante que, sem estabilidade, outros objetivos da Agenda 2030 permanecem inatingíveis.

A proliferação de conflitos, a fragmentação estatal e a deriva autoritária corroem simultaneamente o alcance dos ODS 2, 11, 12 e 17. Conflitos desestruturam sistemas alimentares, elevam a subnutrição, pressionam as zonas urbanas com deslocamentos forçados e favorecem economias de guerra predatórias. Por outro lado, Krampe, Hegazi e VanDeveer (2021) demonstram como a restauração de ecossistemas e a gestão equitativa da terra, água e energia em contextos pós-conflito podem impulsionar as agendas de desenvolvimento e segurança alimentar, reforçando a legitimidade estatal através da provisão de serviços públicos.

O ODS 16 é retratado não apenas como mais um objetivo interligado, mas como o pré-requisito fundamental cuja ausência mina ativamente o progresso em todos os outros ODS visados (2, 11, 12, 17). Milton e Alhamawi (2024) fornecem ligações causais explícitas que mostram como o conflito e a fragilidade institucional *corroem* esses ODS específicos. Isso sugere que, sem um ambiente institucional estável e a presença da paz, os esforços em direção à agricultura sustentável, à resiliência urbana, ao consumo responsável e às parcerias são severamente prejudicados ou até mesmo anulados. Inversamente, o fortalecimento das instituições e a construção da paz criam o ambiente propício para que esses objetivos floresçam. Isso implica que a construção da paz e o fortalecimento institucional não são apenas preocupações humanitárias, mas imperativos de desenvolvimento sem os quais o desenvolvimento sustentável não pode realmente se enraizar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou como método científico o dedutivo com uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo com base na coleta de dados primários, por meio de um questionário disponibilizado por meio do *google forms*, às IES signatárias do FOUP.

Foram coletadas informações qualitativas e quantitativas de 16 Instituições de Ensino Superior no território brasileiro abrangendo as regiões nordeste, sudeste, centro-oeste e sul do país que integram o Fórum das Universidades pela Paz (Tabela 1). O conteúdo da investigação foi direcionado aos cursos de graduação das Ciências Agrárias.

Tabela 1. Instituições de Ensino Superior no território brasileiro abrangendo as regiões brasileiras que integram o Fórum das Universidades pela Paz

Região	Instituições de Ensino Superior	Sigla	Estado
Centro Oeste	Universidade Estadual de Goiás	UEG	Goiás
Nordeste	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	IFRN	Rio Grande do Norte
	Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	Maranhão
	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAR	Parnaíba
	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	Pernambuco
Sudeste	Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	Minas Gerais
	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	Rio de Janeiro
Sul	Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Rio Grande do Sul
	Instituto Federal do Paraná	IFPR	Paraná
	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	UNIARP	Santa Catarina
	Universidade de Cruz Alta	UNICRUZ	Rio Grande do Sul
	Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	Rio Grande do Sul
	Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	Santa Catarina
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	Paraná
	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	Rio Grande do Sul
	Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - URI	URI	Rio Grande do Sul

Fonte: Autores (2025)

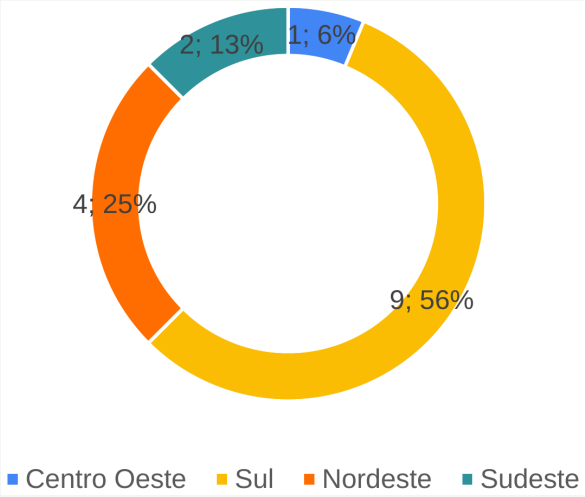
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Cenário das Instituições de Ensino Superior na área das Ciências Agrárias

A investigação contou com a colaboração de 16 instituições de ensino superior (IES) brasileiras que integram o Fórum das Universidades pela Paz com ações relacionadas ao ensino superior a nível de graduação na área das Ciências Agrárias.

Participaram da pesquisa nove IES (56% do total) da Região Sul , quatro IES (25%) da Região Nordeste, duas IES (13%) da Região Sudeste e uma IES (6%) da Região Centro-Oeste. Não houve participação de IES da Região Norte do país (Figura 2).

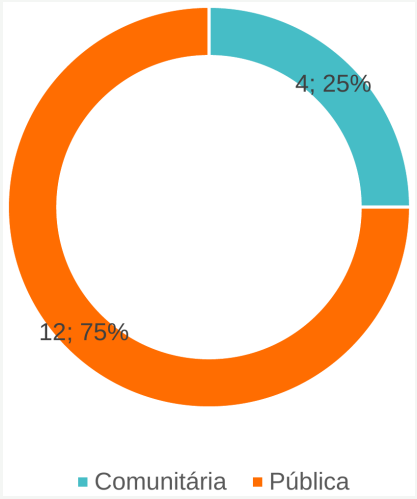
Figura 2. Percentual de Instituições de Ensino Superior na pesquisa sobre Agricultura Sustentável e Cultura de Paz por região.



Fonte: Autores (2025)

A coleta de informação dentro das IES seguiu estratégia distinta, sendo com respondidas diretamente pelo gabinete da Reitoria (4 IES), Pró-reitoria de Graduação/Ensino (3 IES), Pró-reitoria de Pesquisa/Pós-Graduação (3 IES), seguido da Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Planejamento, Instituto, Estação de Aquicultura, Curso e Centro, com uma IES, cada. Entre as IES que participaram da investigação, quanto à classificação conforme a sua natureza jurídica, 12 (75% do total) são instituições públicas, sendo 6 IES são na esfera federal e 6 são estaduais, e quatro (25%) são instituições comunitárias (Figura 3).

Figura 3. Percentual das Instituições de Ensino Superior públicas e comunitárias classificadas conforme a sua natureza jurídica.

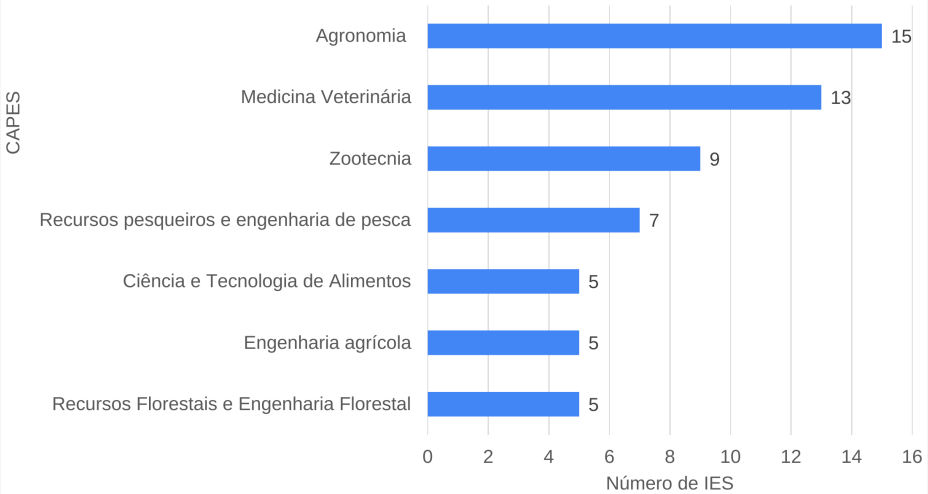


Fonte: Autores (2025)

São consideradas IES públicas as mantidas e administradas pelo governo e não cobram taxas dos alunos (Brasil, 2025a). De acordo com a Lei nº 12.881/2013, às instituições comunitárias de educação superior são mantidas pela sociedade civil, são organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que oferecem serviços gratuitos à população, proporcionais aos recursos que eventualmente obtiverem do poder público, conforme previsto em instrumento específico (Brasil, 2025b).

O Curso de Agronomia, entre as áreas de conhecimento do CNPq relacionadas às Ciências Agrárias, foi o mais citado entre as Instituições de Ensino Superior -IES investigadas, ofertado por 15 instituições (93,75%) (Figura 4). O segundo curso de graduação mais ofertado é Medicina Veterinária (13 IES), seguido de Zootecnia (9 IES), Recursos Pesqueiros e engenharia de pesca (7 IES), Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Agrícola e Recursos Florestais e Engenharia Florestal, em 5 IES, cada.

Figura 4. Número de Instituições de Ensino Superior com cursos de graduação na área das Ciências Agrárias.

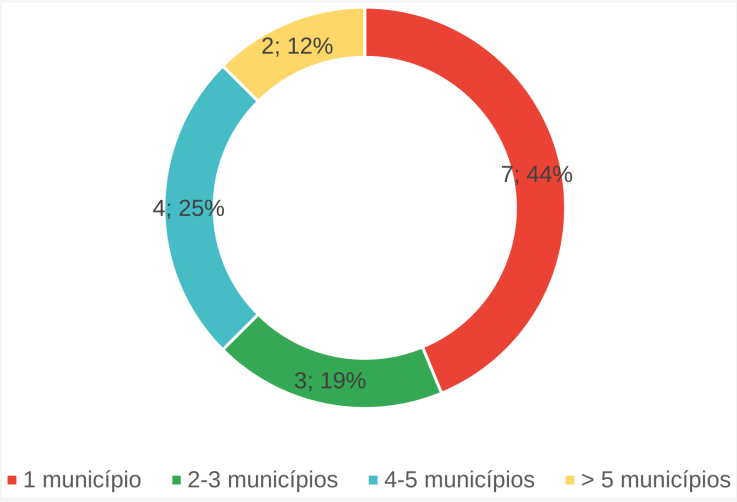


Fonte: Autores (2025)

No contexto de cursos e vagas ofertadas na agronomia, segundo dados do Sistema e-Mec (2024) existem atualmente 600 cursos de agronomia autorizadas para o funcionamento, destes 07 (sete) cursos já foram extintos, totalizando 593 cursos, destes 549 são da modalidade presencial e 44 são da modalidade EAD, oferecendo 112.571 vagas, sendo 54,2% na modalidade EAD e 45,8% presenciais. Do total das vagas de agronomia 97.231 (86,37%) são oferecidas pelo ensino privado e 15.340 (13,63%) pelo ensino público na modalidade presencial (CONFAEAB, 2025).

Em termos de distribuição territorial dentro dos estados, os cursos das Ciências Agrárias estão em sua maioria em apenas um município (7 IES, 44%), distribuídos entre 4-5 municípios (4 IES, 25%), entre 2-3 municípios (3 IES, 19%) e mais de 5 municípios (2 IES, 12%) (Figura 5).

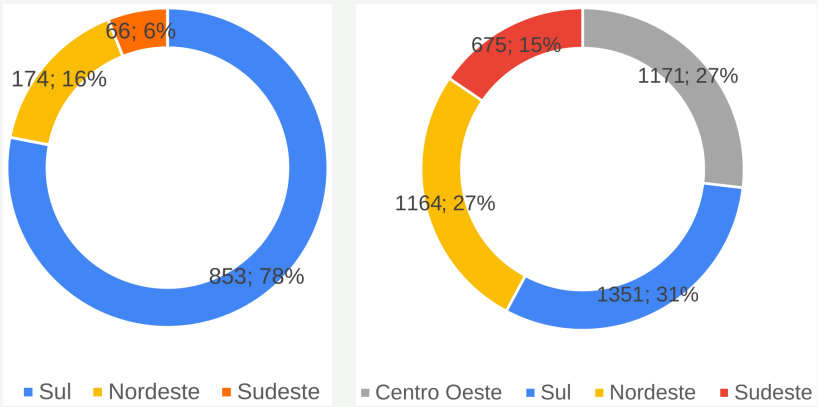
Figura 5. Distribuição de cursos das Ciências Agrárias por municípios nos estados.



Fonte: Autores (2025)

Com dados relativos ao ano letivo de 2023, formaram nos cursos de Ciências Agrárias 4361 discentes (Figura 6A), sendo desses 1093 são mulheres (Figura 6B). O maior número declarado de formados foi na região Sul (1351 discentes em 9 IES), Centro-Oeste (1171 discentes em uma IES), Nordeste (1164 discentes em quatro IES) e 675 discentes na região Sudeste (em duas IES).

Figura 6. Número de formandos(A) e a participação das mulheres(B) nos cursos das Ciências Agrárias.



Fonte: Autores (2025)

O quantitativo de mulheres no quadro de formados em cursos das Ciências Agrárias foi maior na região Sul, com 853 mulheres (em 9 IES), seguida da região Nordeste com 174 mulheres em quatro IES. Não foi declarado o registro de mulheres formandas na região Centro Oeste. O registro por gênero deve fazer parte do registro das instituições nas etapas de ingresso na instituição, matrícula e formatura, viabilizando a compreensão da comunidade acadêmica e a elaboração de políticas específicas. Tal partici-

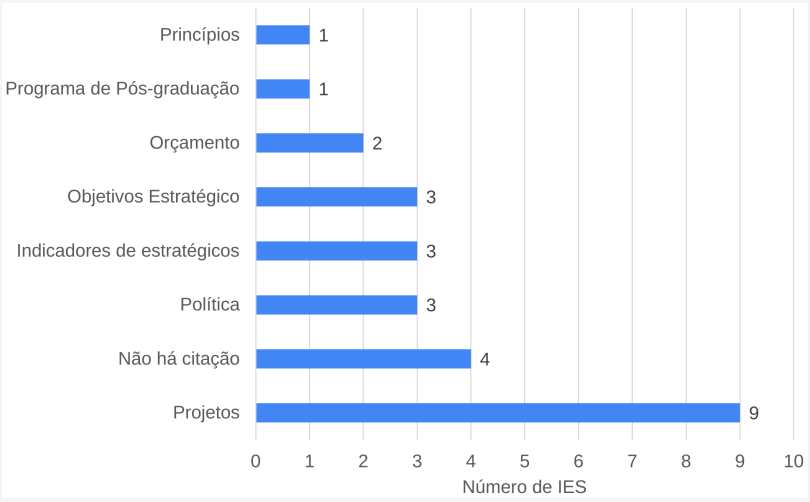
pação feminina dialoga diretamente com a meta 2.3, que preconiza elevar a produtividade e a renda de pequenos agricultores, em particular mulheres, por meio de conhecimentos, melhor acesso a recursos e mercados.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a redução das disparidades de gênero na produtividade agrícola e nos salários poderia resultar na diminuição dos níveis globais de insegurança alimentar. No seu último Relatório sobre Mulheres nos Sistemas Agroalimentares (FAO, 2023), encontramos um panorama da situação das mulheres que trabalham nos sistemas agroalimentares, desde a produção até a distribuição e consumo. As mulheres representam 36% da força de trabalho do sistema agroalimentar na América Latina e no Caribe.

Na gestão das Instituições de Ensino Superior, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é um instrumento obrigatório para os processos de credenciamento, recredenciamento e avaliação das IES, que orienta o funcionamento e o desenvolvimento de uma Instituição de Educação Superior (IES) em um período determinado, geralmente de cinco anos. Ele define a identidade institucional, a missão, a visão de futuro, os objetivos, as metas e as ações que nortearão as atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

As práticas de agricultura sustentável são identificadas no PDI em 62% das IES, correspondendo a 10 instituições. Entre as IES amostradas a agricultura sustentável são mencionadas no PDI em sua maioria na forma de projetos (Figura 7), seguido de políticas, indicadores e objetivos estratégicos.

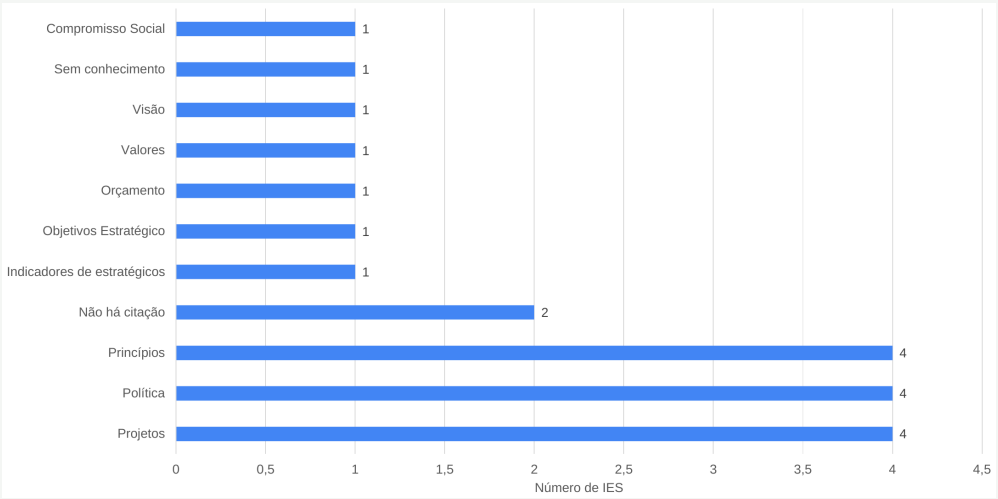
Figura 7. Apresentação da temática agricultura sustentável no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.



Fonte: Autores (2025)

Em referência a prática da cultura de paz atingiram o percentual de 44% (7 IES). O Assunto da Cultura de Paz nas instituições está citada nos PDIs na forma de projeto, política e princípios (Figura 8).

Figura 8. Apresentação da temática cultura de paz no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.



Fonte: Autores (2025)

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de uma IES constitui um instrumento estratégico que orienta suas ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, alinhando-as às demandas da sociedade e aos princípios do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a promoção da agricultura sustentável fortalece a produção de alimentos de forma ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e para a segurança alimentar.

Paralelamente, a cultura de paz é fomentada por meio da educação, do diálogo, da inclusão social e da valorização da diversidade, criando ambientes acadêmicos e comunitários pautados no respeito, na cooperação e na resolução pacífica de conflitos.

Assim, ao integrar a agricultura sustentável e a cultura de paz em suas diretrizes e ações, a universidade reafirma seu compromisso com a formação cidadã, a promoção do desenvolvimento territorial sustentável e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à fome zero, educação de qualidade, redução das desigualdades e paz, justiça e instituições eficazes.

4.2 Agricultura Sustentável pela Paz

Apenas uma IES não apresentou parceria institucionalizadas para ações e trabalhos na área de agricultura sustentável por meio Acordo de Cooperação Técnica, Convênio, Memorando de Entendimento, Participação em Editais, Termo de Outorga, Participação em Comitê e/ou Comissões (Tabela 2), evidenciando em grande maioria ações com parceiros locais, estaduais e federais.

Tabela 2 – Parcerias em ações e trabalhos na área de agricultura sustentável registrados pelas IES

Instituições de Ensino Superior	Parcerias em ações e trabalhos na área de agricultura sustentável
Fundação Universidade Federal do Pampa	Comitê da Bacia Hidrográfica Vacacaí e Vacacaí-Mirim, Comitê Estratégico do Ecossistema de Inovação da Região Fronteira Oeste e Campanha, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, Prefeitura Municipal de Dom Pedrito/RS, através do GT INOVA RS, Universidade Federal de Santa Maria, Sebrae, Câmara Setorial da Aquicultura RS, Colônia de Pescadores Z9 e Ministério da Pesca e Aquicultura.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Associação Norte-Riograndense de Engenheiros Agrônomos, Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar do RN – SEDRAF, Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN - EMATER/ RN, Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN e RMS CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
Instituto Federal do Paraná	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura do Paraná e a rede IFECOSOL
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	EPAGRI
Universidade de Santa Cruz do Sul	EMATER, EMBRAPA, AFUBRA, CREARS, Comitê Pardo e Centro SocioAmbiental da UNISC.
Universidade do Estado de Santa Catarina	EPAGRI, CIDASC, Secretarias Municipais de Agricultura, Instituto Vianei de Educação Popular, IFSC, IFC, UFSC, UFRGS, Rede Ecovida e Secretaria de Estado da Agricultura
Universidade Estadual de Goiás	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás - CREA-GO, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás - CRMV-GO, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD-GO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Tecpar - Instituto de Tecnologia do Paraná ; Fundo Paraná; FA – Fundação Araucária; UEM – Universidade Estadual de Maringá; CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; IDR – Instituto de Desenvolvimento Rural; CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; CORESAN – Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional; SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná; IAT – Instituto Água e Terra do Paraná; Prefeitura Municipal de Maringá; Prefeitura Municipal de Sarandi; Prefeitura Municipal de Marialva; Prefeitura Municipal de Paiçandu, ELETROSUL; COPEL ; Universidade Nacional de Sant Martim, Peru; Associação Vale Vida, Instituto Água e Terra (IAT); IDR, Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha e Prefeitura de Roncador.
Universidade Estadual de Montes Claros	Fapemig (Fundação de apoio à pesquisa em Minas Gerais); CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco); Embrapa Milho e Sorgo; Ministério do Meio Ambiente; UFMG (Universidade Federal de Mians Gerais).
Universidade Estadual do Maranhão	Secretaria Estadual de Agricultura Familiar. Associação Agroecológica Tijupá. Projeto Amazônico de Gestão Sustentável (PAGES). Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Associação Educação e Meio Ambiente (EMA). EMBRAPA COCAIS.
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	Emater-RJ, Secretaria de Agricultura Municipal de Campos e Associação de agricultores dos assentamentos Zumbi dos Palmares
Universidade Federal do Delta do Parnaíba	Ceplates, CEAA, Frutoalquimia e Mulheres da agroecologia
Universidade Federal do Pampa	Emater-RS

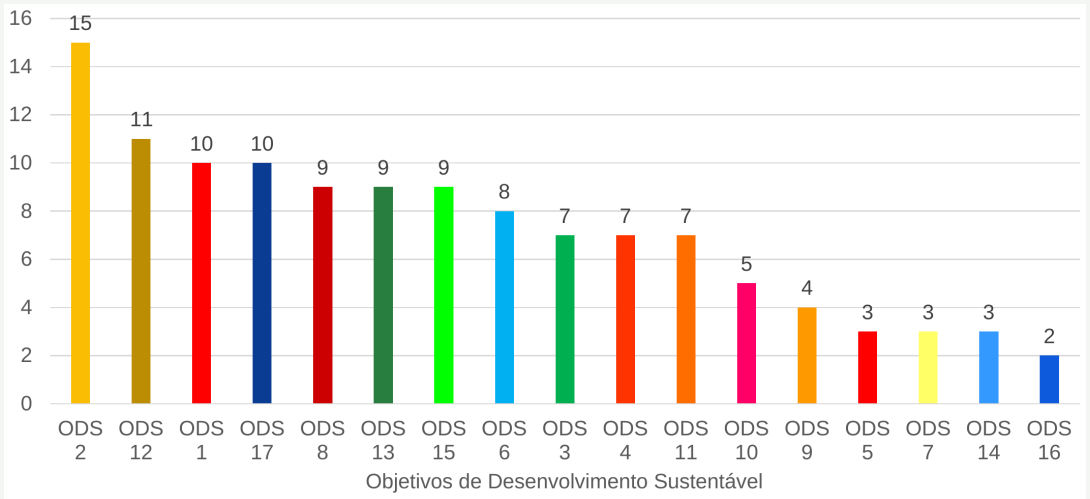
Instituições de Ensino Superior	Parcerias em ações e trabalhos na área de agricultura sustentável
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). MMA – Ministério do Meio Ambiente. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Casa da Mulher do Nordeste (CMNE) e a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras do Estado de Pernambuco (FETAPE).
Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões - URI	COOPERBIO - ADMAU - CFRs - AMZOP - CODEMAUS - STRs - CRESOL - SICREDI - INCRA

Fonte: Autores (2025)

Com relação ao alinhamento das ações e trabalhos realizados na área da agricultura sustentável na sua instituição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, contemplando ensino, pesquisa, extensão, gestão e/ou inovação, as IES identificaram entre 15 e 1 objetivo. As IES Universidade Federal Rural de Pernambuco (15 objetivos), Fundação Universidade Federal do Pampa e Universidade Estadual de Maringá, ambas com a indicação de 13 objetivos, foram as que realizaram maior número de vinculações aos ODS.

O ODS 2, com tema "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável" foi o ODS mais citado as ações e trabalhos realizados na área da agricultura Sustentável, registrado em 15 das 16 IES que fizeram parte do estudo (Figura 9).

Figura 9 - ODS alinhados às ações e trabalhos realizados na área da agricultura sustentável.



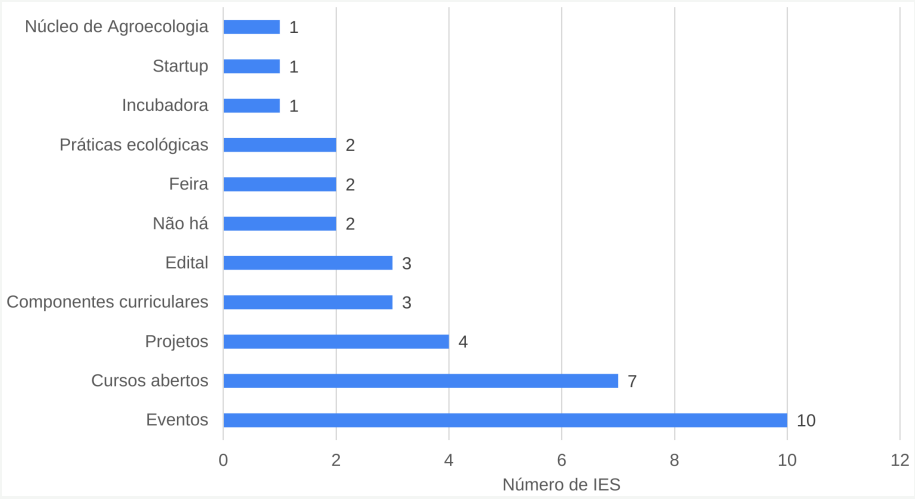
Fonte: Autores (2025)

Os ODS's citados em 50% das IES foram: ODS 12 – Consumo e Produção Sustentável, 1 – Erradicação da Pobreza, 17 – Parcerias e Meios de Implementação, 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 13 – Ações Contra as Mudanças Globais do Clima, 15 – Vida Terrestre e 6 – Água potável e Saneamento.

As IES reconhecem que tratar na temática agricultura sustentável na perspectiva do ensino-pesquisa-extensão-gestão é uma forma de promover a paz nos territórios. As ações e trabalhos relativos à agricultura sustentável realizados nas instituições foram registradas 62% (10 IES) de iniciativas visando a redução de conflitos no meio rural e agrário.

O desenvolvimento de atividades institucionais alinhando o tema de agricultura sustentável e cultura de paz em sua maioria são trabalhados em eventos (10 IES) e cursos abertos (7 IES) (Figura 10).

Figura 10. Desenvolvimento de atividades relacionadas a temática paz e agricultura sustentável nas IES.



Fonte: Autores (2025)

Os dados empíricos demonstram coerência entre as práticas relatadas pelas IES e as metas específicas dos ODS 2, 11, 12 e 17. A predominância de ações voltadas à segurança alimentar, a inserção territorial que reforça elos urbano-rurais, o compromisso com produção e consumo responsáveis e a robusta teia de parcerias acadêmicas validam, a contribuição efetiva das instituições para a Agenda 2030 e para a promoção de uma cultura de paz fundamentada na sustentabilidade rural e urbana.

No mapeamento de investimentos na temática de agricultura sustentável e cultura de paz, não foi possível identificar por temática em três instituições, e as demais (13 IES) associaram a aquisição de material de consumo, material permanente, despesas com infraestrutura, pagamento de bolsistas e pagamento de docentes, com valores variando entre R$ 5.000,00 a R$ 47.508.100,47.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo evidenciam que as Instituições de Ensino Superior (IES) participantes desempenham papel estratégico na promoção da agricultura sustentável e na construção de uma cultura de paz, por meio da articulação entre ensino, pesquisa, extensão, gestão e inovação. A predominân-

cia de instituições públicas e comunitárias na amostra demonstra o compromisso dessas organizações com a formação de profissionais qualificados e com o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atuam. A ampla oferta de cursos das Ciências Agrárias, especialmente de Agronomia, reforça a relevância da área para a formação de recursos humanos capazes de enfrentar os desafios relacionados à segurança alimentar, às mudanças climáticas e à sustentabilidade dos sistemas produtivos.

A inserção da agricultura sustentável em 62% dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e da cultura de paz em 44% das instituições revela avanços importantes na incorporação desses temas ao planejamento estratégico universitário. Entretanto, os resultados também indicam a necessidade de ampliar sua institucionalização, transformando iniciativas pontuais em políticas permanentes, com metas, indicadores e mecanismos de acompanhamento. A presença de redes de cooperação envolvendo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e instituições de pesquisa demonstra que a construção de sistemas agroalimentares sustentáveis depende de ações colaborativas e intersetoriais.

O forte alinhamento das ações desenvolvidas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente ao ODS 2, evidencia o reconhecimento da agricultura sustentável como elemento central para a erradicação da fome, a segurança alimentar e a promoção do desenvolvimento rural. Além disso, as iniciativas voltadas à redução de conflitos no meio rural, registradas por grande parte das IES, reforçam a compreensão de que a sustentabilidade ambiental, a inclusão social e a valorização do diálogo constituem bases fundamentais para a promoção da paz nos territórios.

Dessa forma, conclui-se que as universidades possuem elevado potencial para atuar como agentes transformadores, contribuindo simultaneamente para a sustentabilidade dos sistemas produtivos, o fortalecimento da cidadania e a consolidação de uma cultura de paz alinhada aos princípios da Agenda 2030. Contudo, ampliar a integração dessas temáticas nos instrumentos de gestão institucional e fortalecer mecanismos de monitoramento e avaliação são desafios essenciais para potencializar seus impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

REFERÊNCIAS

AMADEI, B. Systemic Modeling of the Peace–Development Nexus. **Sustainability** 2021, 13, 2522. https://doi.org/10.3390/su13052522

Associação Brasileira De Normas Técnicas. Abnt Nbr 10520: Informação E Documentação: Citações Em Documentos: Apresentação. 2. Ed. Rio De Janeiro: Abnt, 2023.

BÖHLE, ANN-SOPHIE; TARIF, KHEIRA. CULTIVATING CHANGE:REGENERATIVE AGRICULTURE AND PEACEBUILDING IN SOUTH-CENTRAL SOMALIA. **SIPRI Policy Brief**, November 2024.

BOUZAR, KHALIDA. No Peace, No Sustainable Development A Vicious Cycle That We Can Break. UN Chronicle, Volume 52, Issue 4, Mar 2016, p. 13 - 16 **DOI:** https://doi.org/10.18356/2ce7c53a-en

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores: Ensino Superior No Brasil. Disponível Em: Https://Www.Gov.Br/Mre/Pt-Br/Assuntos/Cultura-E-Educacao/Temas-Educacionais/Programas-De-Estudo-Para-Estrangeiros/Oportunidade-De-Estudos-Estrangeiros#:~:Text=As%20ies%20estaduais%20podem%20ser,Estado%20da%20bahia%20(Uneb). Acessado Em: 17/04/2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/mec-instala-gt-para-debater-educacao-superior-comunitaria#:~:text=IES%20comunit%C3%A1rias%20%E2%80%93%20De%20acordo%20com,p%C3%BAblico%2C%20conforme%20previsto%20em%20instrumento. Acessado em: 17/04/2025

BUTTENBENDER, BRUNO NONNEMACHER. *et al.*; Cooperativismo e o desenvolvimento: aproximações teóricas e práticas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). In: **8º Fórum Internacional ECOINOVAR; Santa Maria/RS - 15, 16 e 17 de Outubro de 2019.**

CAPORALI, F. (2024). Peace Education through Agroecology and Organic Farming. *Studia Ecologiae Et Bioethicae*, *23*(1), 73–87. https://doi.org/10.21697/seb.5829

CARSON, R. & POLILLO, R. **Primavera silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CHOWDHURI, INDRAJIT; PAL, SUBODH CHANDRA. Challenges and potential pathways towards sustainable agriculture crop production: A systematic review to achieve sustainable development goals (SDGs). Soil & Tillage Research 248 (2025) 106442. https://doi.org/10.1016/j.still.2024.106442Get rights and content

CONFAEAB. A CONFAEAB na defesa da qualidade do ensino e da formação dos engenheiros agrônomos. Disponível em: https://confaeab.com/a-confaeab-na-defesa-da-qualidade-do-ensino-e-da-formacao-dos-engenheiros-agronomos/. Acessado em: 17/04/2025.

CYRNE, Carlos. C. da S. *et al.* A política nacional de resíduos sólidos e a logística reversa como aliadas da sustentabilidade. IN: **Desafios da Sustentabilidade.** REMPEL, C; TURATTI, L; DALMORO; M. (Org.) - Lajeado: Ed. Univates, 2021.

DURAN, D. C., GOGAN, L. M., ARTENE, A. & DURAN V. The components of sustainable development-a possible approach. **Procedia Economics and Finance**, v. 26, p. 806-811, 2015. DOI: https://doi.org/10.1016/S2212-5671(15)00849-7

FAO. THE STATUS OF WOMEN IN AGRIFOOD SYSTEMS. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, 2023. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/items/adc0741f-9de2-4d09-ae68-b19cc871601a. Acessado em 17/04/2025.

GALLOWAY, C., CONRADIE, B., PROZESKY, H. & ESLER, K. (2018). Opportunities to improve sustainability on commercial pasture-based dairy farms by assessing environmental impact. *Agricultural Systems*, 166, 1-9. DOI: https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.07.008

CALCULAR correção monetária IPC do IGP (FGV). *[S.l.]*, 2020. Disponível em: https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/ipc-do-igp-fgv.php. Acesso em: 13 nov. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004.

HOPWOOD, B., MELLOR, M. & O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable development**, v. 13, n. 1, p. 38-52, 2005. DOI: https://doi.org/10.1002/sd.244

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

KLARIN, T. The concept of sustainable development: From its beginning to the contemporary issues. **Zagreb International Review of Economics & Business**, v. 21, n. 1, p. 67-94, 2018. DOI: https://doi.org/10.2478/zireb-2018-0005

KRAMPE, FLORIAN; HEGAZI, FARAH; VANDEVEER, STACY D. Sustaining peace through better resource governance: Three potential mechanisms for environmental peacebuilding. World Development 144 (2021) 105508. https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105508

LOPERA-ARBELÁEZ, ISABEL; RICHTER. Transformative approaches for peace-centred sustainable development: The role of social and solidarity economy. World Development Perspectives 34 (2024) 100593. https://doi.org/10.1016/j.wdp.2024.100593

MARQUES, M. B. Gestão da informação em sistemas de informação complexos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 60-76, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/35505. Acesso em: 16 jun. 2021.

MENSAH, J. & CASADEVALL, S. R. Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. **Cogent Social Sciences**, v. 5, n. 1, p. 1653531, 2019. DOI: https://doi.org/10.1080/23311886.2019.1653531

MILTON, SANSON; ALHAMAWI, MOHAMMAD. Peace-centred sustainable development: An analysis of SDG 16 in the Arab states. World Development Perspectives 34 (2024) 100587. https://doi.org/10.1016/j.wdp.2024.100587

OLAWUMI, T. O. & CHAN, D. W. M. A scientometric review of global research on sustainability and sustainable development. **Journal of cleaner production**, v. 183, p. 231-250, 2018. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.02.162

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 06 ago. 2019.

OLIVEIRA, GILSON B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p. 37-48, Mai/Ago. 2002.

ROSEN, M. A. Sustainable development: A vital quest. **European Journal of Sustainable Development Research**, v. 1, n. 1, p. 2, 2017. DOI: https://doi.org/10.20897/ejosdr.201702

SACHS, J. From millennium development goals to sustainable development goals. **Viewpoint.** vol. 9. 2012.

SANTOS, E. L., BRAGA, V., SANTOS, R. S. & BRAGA, A. M. DA S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd - Desenvolvimento Regional em Debate**. Ano 2, n. 1, jul. 2012.

SARTORI, S., LATRÔNICO, F. & CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1, p. 01-22 , Jan./Mar. 2014.

SHARIFI, A., SIMANGAN, D., KANEKO, S. *et al.* The sustainability–peace nexus: why is it important?. *Sustain Sci* 16, 1073–1077 (2021). https://doi.org/10.1007/s11625-021-00986-z

SHARIFI, A., SIMANGAN, D. & KANEKO, S. The literature landscape on peace–sustainability nexus: A scientometric analysis. *Ambio* 50, 661–678 (2021). https://doi.org/10.1007/s13280-020-01388-8

SIMIONI, L. **Biblioteca reabre para atendimentos depois do inventário anual**. 2017. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/imagens/biblioteca-reabre-para-atendimentos-depois-do-inventario-anual-foto-lilian-simioni-arquivo-uffs/@@images/image. Acesso em: 13 nov. 2020.

SUGAHARA, C. R. & RODRIGUES, E. L. Desenvolvimento Sustentável: um discurso em disputa. **Desenvolvimento em Questão**, v. 17, n. 49, p. 30-43, 2019. DOI: tps://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.30-43

TOMICH, T. R., PEREIRA, L. G. R. & PAIVA, C. A. V. (2016). Avanços tecnológicos para a redução do impacto da pecuária no meio ambiente. In: Vilela, D. et al. *Pecuária de leite no Brasil: cenários e avanços tecnológicos* (pp. 384-400). Brasília, DF: Embrapa.

VEIGA, José Eli da. **A desgovernança mundial da Sustentabilidade.** São Paulo – Editora 34, 2013.